



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VII (2006)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

A Ilha de Moçambique, na segunda metade do século XVIII

Luís Frederico Dias Antunes 

Como Citar | How to Cite

Antunes, Luís Frederico Dias. 2006. «A Ilha de Moçambique, na segunda metade do século XVIII». *Anais de História de Além-Mar* VII: 197-212. <https://doi.org/10.57759/aham2006.37723>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2006. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2006. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

A ILHA DE MOÇAMBIQUE, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

por

LUÍS FREDERICO DIAS ANTUNES *

A partir de meados do século XVIII, especialmente durante o governo de Baltazar Pereira do Lago, a diminuta área urbana da Ilha de Moçambique, até aí circunscrita a um pequeno núcleo que estava separado da fortaleza de S. Sebastião pelo chamado terreiro de S. Gabriel, conheceu um desenvolvimento notável, graças à organização e concentração dos serviços públicos, e ao aumento do número de funcionários na capital.

Como se sabe, o ritmo da vida social e a forma como se efectuou a expansão urbana na Ilha de Moçambique beneficiaram do afluxo de dinheiro oriundo do aumento do tráfico de escravos com o Brasil, Maurícias e Reunião, do crescente negócio de armas de fogo, pólvora com os negros autóctones e, ainda, do tradicional comércio de marfim com a Índia.

Quais as medidas de carácter político e social que permitiram o desenvolvimento urbano da Ilha de Moçambique, na segunda metade do século XVIII? Qual seria o aspecto da cidade e como viveriam os seus habitantes europeus, africanos e indianos? Como evoluíram a organização do espaço e a construção urbanística na Ilha, nomeadamente no Palácio dos Governadores, na época em que Pereira do Lago e Vasconcelos e Almeida assumiram a chefia do poder em Moçambique?

Responder a estas questões que constituem a essência da história da ilha na segunda metade do século XVIII, desde as diversas comunidades e os grupos sociais em presença, até aos aspectos relacionados com o urbanismo, são os principais propósitos desta breve pesquisa.

1. Esboço da situação política e económica de Moçambique, em meados do século XVIII.

O desenvolvimento urbano da ilha de Moçambique, tanto nos aspectos relacionados com a reorganização do espaço – nomeadamente a construção

* Investigador Auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical.

de novos prédios e a reedificação de outros já existentes – como nos aspectos relacionados com a renovação do tecido social, ocorreu no âmbito das profundas alterações políticas, sociais e económicas verificadas nos domínios portugueses de África Oriental, durante o processo de autonomia em relação ao Estado da Índia, iniciado em 1752.

A evolução urbanística na Ilha de Moçambique tem de ser entendida a dois níveis complementares: ao nível da política legislativa e ao nível da política económica.

Do ponto de vista da política legislativa, o diploma que nomeia Governador de Moçambique, o capitão-general Francisco de Melo e Castro, em 1752, ao restringir a independência da África Oriental às questões da defesa e da administração interna, tornou logo clara a necessidade de reorganização das repartições públicas e, em alguns casos, da criação de novas infra-estruturas.

A actividade dos governadores da década de 1750 estava, no entanto, fortemente condicionada pelas enormes dificuldades financeiras e pelo facto de a administração do comércio entre a Índia e Moçambique ter continuado nas mãos do Conselho da Fazenda de Goa, através do monopólio dos mais importantes artigos, nomeadamente, a missanga, os tecidos de algodão e o marfim.

Com as decisões fundamentais acerca do comércio reservadas a Goa, apenas restava aos governadores aproveitarem-se da liberdade de acção na gestão dos negócios internos, para aumentar os réditos provenientes das taxas alfandegárias. Os projectos de construção de novos edifícios, de realização de pequenas obras públicas, ou, mesmo, de remodelação e reparação de imóveis degradados, foram, então, todos relegados para segundo plano.

A excepção foram as obras efectuadas, por Melo e Castro, em 1753, nas chamadas Casas do Governador, na Fortaleza de S. Sebastião. Uns anos mais tarde, o governador Saldanha e Albuquerque (1759-1763) fez novas obras de recuperação mas, ao que se sabe, o edifício já não tinha concerto pelo que, o governador foi obrigado a trocar os seus aposentos na Fortaleza, pelo aluguer de uma casa a um dos moradores mais abastados da Ilha. Se exceptuarmos estas obras, nada mais se fez em matéria de recuperação urbanística na Ilha, durante a década de 1750.

Só mais tarde, em 1761, a Coroa examinou, nas «instruções gerais dadas a Calixto Rangel Pereira de Sá»¹, as matérias relacionadas com a organização e a centralização dos serviços que gerem os negócios públicos na capital com a clara intenção de ordenar as finanças e o comércio, por forma

¹ As instruções dadas ao Senhor Calixto Rangel Pereira de Sá, governador e capitão general de Moçambique, em 7.5.1761, foram executadas por João Pereira da Silva Barba, porque o referido governador morreu durante a viagem para Moçambique. Sobre esta matéria, veja-se José Rui de Oliveira Pegado e Silva, *A primeira carta orgânica de Moçambique (1761)*, Tese de licenciatura da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1957.

a combater a fuga fiscal e obter maiores receitas alfandegárias, propósitos que obrigavam à construção de novos edifícios administrativos e à introdução de melhoramentos nos que existiam.

Ainda no domínio legislativo, a Coroa instaurou, em 1761, a liberdade para todos os súbditos portugueses da Ásia, América e Europa comerciarem em Moçambique, licença esta que também lhes permitia escalar os portos da Baía e do Rio de Janeiro, no regresso à metrópole. Por lei, as mercadorias ultramarinas teriam, então, de ser desembarcadas e encaminhadas para os armazéns da alfândega situados na ilha de Moçambique. O cais, a alfândega e os seus armazéns, sofreram, por essa razão, algumas melhorias. Igualmente por força da lei, embora se saiba que esta foi frequentemente desrespeitada, os navios estrangeiros estavam obrigados a recolher aí as mercadorias de exportação. Uma das principais disposições das «instruções gerais de 1761», foi a entrega do exclusivo comercial entre a ilha de Moçambique e os portos subalternos aos comerciantes e armadores residentes na colónia. De acordo com essa política, alguns comerciantes portugueses e banéanos procuraram renovar gradualmente a frota de cabotagem, não só através da reconstrução dos seus navios com peças adquiridas em leilões, provenientes de embarcações consideradas incapazes de navegar², mas, também, através da construção de pequenas embarcações em Moçambique e da aquisição de uma corveta construída em Damão, em 1775³.

Do ponto de vista económico, o conjunto de medidas desenvolvidas nas «instruções gerais de 1761», nomeadamente a concentração e a organização das alfândegas e a liberdade de comércio para todos os súbditos da Coroa portuguesa que quisessem negociar nos portos moçambicanos, concorreu para a transformação da ilha de Moçambique numa plataforma giratória de mercadorias e homens, convertendo-a num grande centro económico e comercial. O incremento de toda a actividade comercial e o afluxo de avultadas somas em dinheiro, provenientes do tráfico de escravos em grande escala com as ilhas francesas do Índico e com o Brasil, foram os elementos que mais contribuíram para a ampliação e renovação da ilha de Moçambique e para o desenvolvimento dos estratos da sociedade que mais directamente lidavam com o comércio marítimo⁴.

² AHU, Moç., «Leylão que se procedeo nesta Capital dos effeitos do Navio Corsario Nossa Senhora do Livramento, e São Jozé, que na barra desta capital naufragou», 22.7.1773, cx. 30, doc.27.

³ AHU, Moç., «Pedido de Amarchande Madougi para lhe ser entregue a folha de contas da despesa que teve com a construção da corveta em Damão», 17.6.1775, cx.31, doc.42.

⁴ José Capela, *O Escravismo Colonial em Moçambique*, Edições Afrontamento, 1993; Luís Frederico Dias Antunes, «Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro, 1808-1820», in Fátima Gouvea, Fernanda Bicalho e João Fragoso (org.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001, pp.379-420.

2. O desenvolvimento urbano da Ilha de Moçambique: espaço e sociedade.

Por carta régia de 1761, a pequena povoação portuguesa da Ilha de Moçambique foi promovida a vila com Senado da Câmara, embora tal disposição de cariz municipalista só tenha sido cumprida dois anos mais tarde. Até aí, era a Mesa da Santa Casa da Misericórdia quem «fazia as vezes da Câmara». A denominada «Mesa da Misericórdia», era um órgão eleito entre o restrito número de irmãos, de cuja composição faziam parte as autoridades com maior influência nos destinos da colónia e os comerciantes cristãos mais abastados da Ilha⁵.

Com a criação do Senado da Câmara, surgem os primeiros representantes do poder municipal: o juiz e os vereadores do Senado. As funções destes oficiais camarários eram da maior importância, uma vez que eles escolhiam os almotacés, aforavam terrenos, regiam os principais problemas da administração pública, davam posse aos governadores e, em caso de extrema necessidade, chegavam mesmo a eleger os governos provisórios⁶.

Do ponto de vista urbanístico, este novo período distinguiu-se essencialmente pela abertura, reparação e limpeza de novas ruas e espaços públicos, pela recuperação de edifícios públicos e pela construção de pequenas casas nos amplos terreiros e quintais que separavam e rodeavam os principais edifícios administrativos e religiosos⁷.

Ao mesmo tempo que a organização e centralização dos serviços administrativos na capital, exigiram a construção e adaptação de edifícios públicos, nomeadamente, a ampliação do Colégio dos Jesuítas para a residência dos Capitães-Generais (1765), a construção de casas da Câmara (1781) e a reconstrução do cais, também a afluência de mercadores franceses e brasileiros que iam dominando os grandes circuitos do comércio ultramarino português dinamizaram a construção, a compra e o aluguer de habitações e armazéns para guardar escravos.

MAPAS DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

⁵ AHU, Moç., «Treslado da informação realizada pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia, acerca da actividade nociva dos banéanos em Moçambique», 9.5.1758, cx. 14, doc. 17.

⁶ Alexandre Lobato, «A ilha de Moçambique (monografia)», in *Moçambique Documentário Trimestral*, 42, 1945, pp. 19-20.

⁷ Alexandre Lobato, «Ilha de Moçambique: notícia histórica», in *Arquivo*, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 4, 1988, p. 72.

Em traços gerais, a análise da evolução do tecido urbano da Ilha, através da comparação da cartografia antiga e dos estudos sobre a conservação e o restauro do património monumental e «anónimo», permite afirmar que a parte da povoação situada na sua banda setentrional, vulgarmente designada *cidade de pedra e cal*, se tornou mais atraente e expandiu a sua malha irregular de ruas, durante a segunda metade do século XVIII.

O núcleo urbano onde se situavam os poderes político, administrativo e religioso, composto pelo antigo palácio de S. Paulo, a Alfândega, a igreja da Misericórdia, o convento de S. Domingos e as casas dos habitantes mais abastados, foi o local onde mais se fizeram sentir os efeitos da construção de novas habitações e das profundas obras de remodelação e beneficiação nos edifícios mais importantes.

Assim, podemos perceber que na continuação do convento de S. Paulo, seguindo em direcção ao edifício que se crê ter sido a Hospedaria, e continuando o percurso pelas lojas outrora pertencentes aos jesuítas, foi edificada uma linha de novas casas que terminava junto à praia perto da Fortaleza de S. Sebastião. Estes novos blocos residenciais que correm a linha da costa, bem como os quarteirões que lhes são contíguos para o interior, estão construídos de forma compacta, revelando-se como uma sequência ininterrupta de fachadas, como se se tratasse de um único pano de parede que se prolonga de um extremo ao outro da rua. Muitas destas novas habitações teriam sido residência de comerciantes baneanes e funcionavam como feitorias ao longo da costa ocidental, locais que estavam em contacto directo, de um lado, com os navios e com as manobras de carga e descarga, e, do lado oposto, com a rua e com a freguesia que procurava adquirir todo o género de fazendas. Em algumas dessas casas-feitorias, o piso térreo servia de armazém para recolha de marfim e tecidos indianos e a casa chegava mesmo a dispor «de um pequeno ancoradouro privativo por onde os escravos eram conduzidos directamente» para os navios⁸.

Também a igreja da Misericórdia, situada nas traseiras do antigo convento dos jesuítas, foi totalmente beneficiada com as obras mandadas executar pelo capitão-general Pereira do Lago, que foi, como se sabe, um dos maiores beneméritos da instituição de assistência. Defronte do adro da igreja, foi construído um alpendre para abrigo dos pobres em dia de esmola, enquanto que no seu interior, foram edificadas as diversas enfermarias e dependências do antigo Hospital da Misericórdia, que podiam recolher até 12 doentes⁹.

⁸ Alexandre Lobato, *Evolução Administrativa*, p. 159; Manuel Lobato, «Ilha de Moçambique. Escala africana da Carreira da Índia nos séculos XVI e XVII», *Catálogo oficial. Pavilhão de Portugal. Exposição Mundial de Lisboa*, 1998.

⁹ Alexandre Lobato, *A Ilha (já cit.)*, pp. 69-70; AHU, *Moç.*, «Carta do governador de Moçambique, Pereira do Lago, para o Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as obras realizadas no palácio de S. Paulo», 19.8.1767, cx. 27, doc. 85.

Para além das obras de reedificação e reconversão do antigo convento dos jesuítas em palácio do governo, que serão analisadas mais adiante, ocorreram algumas alterações no quarteirão comercial, nomeadamente a concentração de edifícios, na sua parte noroeste, onde se situavam o cais do porto, a repartição alfandegária, as lojas e as habitações.

Na rua estreita e comprida que saía do lado da antiga casa da Alfândega e seguia em direcção à Matriz, passando pelo Pelourinho, fizeram-se novas moradias de dois pisos e restauraram-se outras. No piso térreo, encostadas umas às outras, encontravam-se as lojas. Na parte superior ficava a área de habitação e, nas traseiras, o pátio de maior ou menor dimensão, com as despensas, quartos de arrumos e os armazéns com comunicação com o mar¹⁰. Sabemos que aí viveram e negociaram os principais elementos da comunidade mercantil hindu, nomeadamente Lacamichande Motichande, um banqueiro que financiava os negócios privados de Pereira do Lago¹¹. Com o tempo, essa rua composta por moradias e armazéns de um lado e do outro, à qual ninguém lhe tinha posto nome, passou a designar-se «Rua Dereita dos Banianes»¹².

Ainda na parte setentrional, mas agora seguindo a costa oriental, ao longo da contracosta, encontram-se as casas mais antigas e maiores, outrora pertencentes a moradores mais abastados. Muitas destas residências apresentavam portas e janelas de madeira africana, dura, algumas exuberantemente ornamentadas em talha ao estilo indiano. Nas traseiras existiam pequenas hortas e jardins com árvores de fruto e palmeiras que conferiram ao conjunto habitacional e monumental da Ilha a harmonia e a traça semelhantes à das cidades portuguesas do Estado da Índia e, mesmo, das cidades indianas do Golfo de Cambaia¹³. A cobertura destas casas, em forma de terraço, serviam para recolher a água das chuvas, que depois eram encaminhadas para cisternas para uso doméstico¹⁴.

¹⁰ Sobre esta matéria, o governador interino David Marques Pereira, escreveu, em 1758, o seguinte: «As cazas dos gentios nesta Prassa, todas tem porta para o mar, e até huma rua tapou o gentio Mulgy Rougunate, com Licença de Francisco de Mello e fez cazas deixando nellas portas para o mar, e nas suas Lanchas vão de noite aos Navios tirarem o que lhe paressem, e passão a terra firme, e a vendem aos moradores por exorbitantes preços». Cf. AHU, Moç., «Carta de David Marques Pereira, governador interino de Moçambique, para o Secretário de Estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real», 7.8.1758, cx. 14, doc. 33.

¹¹ AHU, Moç., «Treslado do auto de perguntas feitas a Jetá Mulgy, no âmbito da devassa elaborada pelo Ouvidor, Diogo Guerreiro Aboim, à actividade do falecido governador de Moçambique, Baltazar Pereira do Lago», 24.8.1779, cx. BPL.

¹² AHU, Moç., «Relação dos Banianes que tem suas Cazas nesta Capital, umas nas quais residem, e outras que usam para recolher as suas fazendas», 19.9.1793, cx. 65, doc. 17.

¹³ Alexandre Lobato, *Evolução Administrativa*, p.159; Manuel Lobato, «Ilha de Moçambique. Escala africana da Carreira da Índia nos séculos XVI e XVII», *Catálogo Oficial. Pavilhão de Portugal. 1998. Exposição Mundial de Lisboa*, 1998, pp. 115-129.

¹⁴ AHU, Moç., «Representação do ouvidor geral e corregedor da Câmara de Moçambique, José Costa Dias e Barros, para a rainha a solicitar um subsídio para melhoramentos públicos», 20.10.1787, Cx. 55, doc. 61.

Em contrapartida, no que respeita à recolha da água para uso público na zona norte da Ilha, eram visíveis os sinais da progressiva degradação na «cisterna grande [da Fortaleza que] não conserva mais de oito palmos de agoa e a outra [cisterna] que se resebe que chega a quatro mil braças, a perde em menos de quinze dias; e tendo se lhe feito exzames se lhe não conhece a falta que origina o seu esvaimento»¹⁵.

No local do pelourinho que tinha sido mandado construir no governo de D. Diogo de Sousa (1793-1797) funcionou diariamente o Bazar Grande, uma mistura de bazar de pretos, de bazar de indianos e de mercado europeu onde se trocavam ou vendiam víveres e muitas outras mercadorias ao povo¹⁶. Outrora denominado o Terreiro Comum, o Bazar Grande era um mercado cuja exploração era anualmente arrematada em hasta pública, de acordo com as normas estipuladas pela Corregedoria Geral¹⁷. Mais tarde existiram, em outros locais não determinados, o mercado do peixe, que em tempos muito antigos se chamou a banca do peixe, o mercado indígena, onde era vendido amendoim, mandioca e vegetais e, ainda, o mercado da lenha.

Na praia defronte da baía, na parte extrema da «cidade de pedra», foram construídos no governo de Vasconcelos e Almeida (1779-1781) os primeiros Celeiros públicos com o propósito de controlar as mercadorias exportadas, evitar o contrabando e regularizar os preços dos mantimentos e da lenha oriundos do continente africano, e das ilhas de Madagascar e das Comores. A rede de comércio de ouro e marfim e o tráfico de escravos tinha de gerar os recursos financeiros necessários ao abastecimento de géneros alimentícios. Na verdade, a má qualidade do solo, o clima inóspito e a falta de água não permitiam que crescesse na ilha outra vegetação além de alguns palmares e árvores de fruto nos quintais. Talvez, por isso, a par dos Celeiros públicos, existiriam pequenos armazéns domésticos nas casas dos principais moradores da Ilha, para conservação dos géneros produzidos nas fazendas, nos palmares, nas plantações e em outras pequenas propriedades rurais que possuíam no Mossuril e nas Cabaceiras.

No último quartel do século XVIII, época em que o tráfico de escravos atingiu o apogeu, todos os terrenos em redor do Celeiro foram aforados pela Câmara, o que permitiu a construção de novas casas que dispunham de enormes armazéns particulares, com saída para o mar e onde se guardavam as mercadorias necessárias ao comércio africano. Em outros casos, os armazéns tinham portas abertas para a rua, sendo, por isso, usados como lojas. De acordo com a documentação oficial da segunda metade do século, nem mesmo a falta de operários e mestres pedreiros constituiu obstáculo ao empenho do município na abertura de novas ruas e na construção de «mais de sessenta moradas de cazas de pedra e cal e algumas delas de sobrado e

¹⁵ AHU, Moç., «Relação dos sinais de ruína progressiva da Praça de Moçambique», s/d, post. 1761, cx. 18, doc. 102.

¹⁶ Alexandre Lobato, *A Ilha (já cit.)*, p. 152.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 103.

bem fabricadas», no bairro de S. João de Deus, situado perto do antigo convento-hospital estabelecido em 1681 pelos frades daquela ordem¹⁸.

Para Sul, ficava a povoação indígena pobre e desordenada geralmente conhecida por *cidade de macúti*, pelo tipo de materiais e pelo modo como as casas eram construídas. Em traços gerais, as casas de *macúti* eram construções de paredes feitas com uma trama de bambus rebocados com uma argamassa de cal e com tectos feitos de forma semelhante mas cobertos de folhas de coqueiro¹⁹. Estas casas de *macúti* para escravos, negros forros e mestiços de tez mais ou menos escura, começaram por se desenvolver de forma um pouco dispersa ao longo da contracosta. Porém, à medida que caminhamos em direcção à ponta meridional da Ilha, a partir de uma linha de demarcação transversal que passava pela zona dos Celeiros, a povoação indígena tornou-se um pouco mais compacta.

Para lá da Marangonha, além dos sete poços, «de que todo Povo se serve não só para beber, mas para os mais uzos cotidianos» e dos dois *Tanques dos Mainatos*, cuja água salobra apenas servia para lavagens e para os indígenas se servirem por não terem outra que beber, tudo o mais «era logradouro privativo dos negros gentios e vedado a brancos que lá não fossem em grupos armados»²⁰. Aos olhos europeus era um local assustador, especialmente quando caía a noite e havia lugar às festas indígenas à luz de fogueiras, com danças e cantares ao som estrondoso de batuques, com muita bebida alcoólica e muito fumo de maconha que, por vezes, davam origem a brigas e mortes²¹. O envelhecimento, o desgaste pelo uso e a má qualidade da cal e da pedra para construção obrigavam à reparação e à limpeza anual dos poços e dos tanques públicos da Marangonha, realizadas, pelo menos até 1759, com dinheiro da comunidade baneane²². Em 1760, por iniciativa do Governador Pedro de Saldanha de Albuquerque, os poços teriam sido totalmente restaurados, embora, desta vez, a expensas do município²³.

¹⁸ José Joaquim Varella, «Descripção da Capitania de Monsambique e sua povoação, e produções, pertencentes à Coroa de Portugal (1788)», in Luiz Fernando de Carvalho Dias (pref. e colig.), *Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique* (séc. XVIII), Anais, JIU, vol. IX, Tomo I, p. 293.

¹⁹ *Ilha de Moçambique, Relatório-Report 1982-1985*, Secretaria de Estado da Cultura (Moçambique), Arktetkskolen i Aarhus (Dinamarca), s.l.n.d., pp. 150-154.

²⁰ Alexandre Lobato, *A Ilha (já cit.)*, p. 41.

²¹ AHU, Cod. 1325, «Registo do bando dado pelo governador de Moçambique, Pereira do Lago, sobre a proibição do uso de Bangué nos cafres desta conquista, com que bêbados de um fumo infernal, e pernicioso se alucinam para toda a qualidade de homicídios», 14.12.1767, fl. 54-54v; AHU, Cod. 1332, «Carta de Pereira do Lago, governador de Moçambique, para Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar», 15.8.1774, fl. 178-178v.

²² AHU, Moç., «Ofício do Governador de Moçambique, Pedro de Saldanha de Albuquerque, para o Secretário de Estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, a enviar a representação dos Baneanes e Mouros acerca dos inventários dos seus entes falecidos», 2 .1.1759, Cx. 16, Doc. 6.

²³ AHU, Moç., «Ofício do Governador de Moçambique Pedro de Saldanha de Albuquerque, para o Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as obras que efectuou nos poços da Marangonha, cujo pagamento deveria correr a expensas da Câmara», 10.8.1760, cx. 18, doc. 48.

O extremo da ilha, onde hoje fica a zona dos cemitérios e o crematório dos hindus baneanes construídos a partir de meados do século XIX, era antigamente um local praticamente desabitado.

Como facilmente se calcula, a população da Ilha de Moçambique era relativamente pequena e muito heterogénea. Fixou-se em áreas bem determinadas de acordo com a sua riqueza, estatuto social e origem religiosa. Podemos, no entanto, afirmar que a Ilha e as aldeias que ficavam defronte, no continente, eram mestiças. Até meados do século XIX, os dados disponíveis sobre a população das povoações moçambicanas são muito incompletos. O censo elaborado pela Câmara, em 1766, sobre os ofícios e a forma viviam os habitantes da Ilha de Moçambique e das Terras Firmes, indica que cerca de 61% dos residentes eram goeses cristãos ou «filhos de Moçambique», os filhos de reinóis e de goeses com nativas moçambicanas. A maioria das famílias brancas originárias do Reino concentrava-se no núcleo urbano de pedra e cal da Ilha, mas muitas destas famílias também possuíam quintas rurais no Mossuril e na Cabaceira Grande, onde permaneciam com seus escravos e dependentes, durante longas temporadas de repouso²⁴. Segundo Gerhard Liesegang, uma estimativa baseada em censos parciais de 1806 e 1831, calcula que a população da ilha de Moçambique não excedesse as 4000 almas, a maior parte escrava²⁵.

Os baneanes hindus oriundos do Guzerate viviam quase todos na Ilha, geralmente em casas alugadas aos jesuítas ou a outra ordem religiosa, de preferência junto à alfândega ou junto à costa, em contacto directo com a carga e descarga de navios. Os muçulmanos asiáticos viviam maioritariamente na contracosta, desde o terreiro de S. Gabriel onde produziam as «amarras, viradeiras e cordas de cairo», essenciais à vida marítima²⁶. Os negros autóctones, escravos livres, mulatos e alguns muçulmanos autóctones viviam em palhotas a sul do convento-hospital de S. João de Deus e dos poços da Marangonha.

Estas foram, sem dúvida, as primeiras imagens que o poeta Tomás António Gonzaga reteve da Ilha, quando, no último dia de Julho de 1792, desembarcou, juntamente com os restantes degredados da Inconfidência Mineira, no pequeno e velho cais fronteiro ao Palácio do Governador. As quase duas décadas que o poeta viveu em Moçambique estiveram longe de corresponder às opiniões que possamos ter das agruras de um degredo.

²⁴ AHU, Moç., «Mapa dos moradores e habitantes da Ilha de Moçambique e terras firmes, elaborado e enviado pelo Juiz e vereadores da Câmara ao Governador e Capitão-General de Moçambique, Baltazar Pereira do Lago», 20.8.1766, cx. 26, doc. 82.

²⁵ Gerhard Liesegang, «Análise das estruturas urbanas em África e especialmente na África Oriental entre os séculos VII e XVIII e o impacto da Expansão portuguesa», in *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, CNCDP, p. 148.

²⁶ Arquivo da Casa do Cadaval, Cod. 826 (M VI 32), «Memoria Chorografica da Provincia ou Capitania de Mossambique na Costa d'África Oriental conforme o estado em que se achava no anno de 1822», f. 3.

Aqui participou em reuniões de trabalho com o governador, comerciantes e altos funcionários da administração colonial, confabulou na intimidade dos salões do Governador; conviveu livremente com a elite moçambicana nas recepções do palácio, compartilhou ideias com o magistrado Tavares de Siqueira, ou com o naturalista baiano, Galvão da Silva, ambos formados na Universidade de Coimbra, o primeiro em leis, o outro em matemática. Como chegou a confessar em carta endereçada ao seu amigo baiano, Joaquim Ferreira França, ele tinha decidido viver na ilha porque «é onde reside tudo quanto é bom»²⁷. Em outra missiva enviada ao comerciante carioca, Correia Porto, confidenciou esperar viver do «negócio que é geral», e das «letras», enquanto Juiz Provedor dos Ausentes e Defuntos. Sem grandes problemas financeiros, a sua nova vida em terras de África corria de tal feição que dizia que até «os ares não são tão maus como se pintam»²⁸.

3. De colégio jesuíta a residência de Governadores: a emblemática remodelação no palácio de S. Paulo.

Pensar na vida familiar e doméstica na Ilha, no seu sentido mais restrito, implica percorrer os seus principais núcleos urbanos, analisar a arquitectura do edifício no seu contexto histórico, social e geográfico, e, finalmente, entrar e esquadriñar o domicílio, na medida em que ele foi por excelência o espaço de privacidade e, em alguns casos, de trocas de sociabilidades.

Em consonância com a renovação urbanística encetada na Ilha, o capitão-general Baltazar Pereira do Lago decidiu converter o colégio de S. Paulo em palácio dos governadores, em 1766.

É óbvio que a escolha do convento jesuíta e a sua posterior ampliação e transformação em palácio e residência do governador ajuda a perceber aspectos importantes do carácter e da personalidade de Pereira do Lago, nomeadamente quanto ao modo como entendia a administração do dinheiro público, quanto à forma como concebia as funções de autoridade e dignidade do estado, e, também, quanto à maneira de viver e organizar espaços e novos ambientes domésticos que lhe pudessem propiciar o conforto e a distinção que o seu cargo exigia.

A residência dos Governadores não foi sempre a mesma. A primitiva morada foi a Torre de S. Gabriel, também designada Torre Velha, edifício fortificado em torno do qual se havia organizado a povoação portuguesa, no século XVI. Depois seguiram-se outras. Instalaram-se «nas casas altas sobre

²⁷ Para uma visão histórica da Ilha de Moçambique da segunda metade do século XVIII, torna-se indispensável, além do estudo das obras já citadas de Alexandre Lobato e Manuel Lobato, a leitura da biografia de Tomás António Gonzaga, elaborada por Adolfo Gonçalves, jornalista, escritor e doutor em Letras na área da Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo, (*Gonzaga, um Poeta do Iluminismo: biografia*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999).

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 328.

a actual porta de armas da Fortaleza, e no século XVII mudaram-se para uma grande casa de sobrado assente sobre arcos que fica actualmente na esquina direita da rua que parte do largo de S. Paulo para S. Gabriel. Sabemos que até cerca de 1740 os governadores ainda residiam nas chamadas «Cazas do Governador» na Fortaleza de S. Sebastião que, tal como tantas outras da ilha de Moçambique, eram mal configuradas, possuíam dimensões muito reduzidas e necessitavam de profundas e urgentes obras de conservação ²⁹.

Quando o governador Francisco de Mello e Castro (1750-1758) foi residir na Fortaleza, há muito que algumas das salas e dependências da sua habitação não eram utilizadas. Os quartos já apresentavam um avançado estado de degradação. As salas principais, por exemplo, eram cobertas de palha, encontrando-se, por essa razão, muito «expostas ao risco de se queimarem por algum incidente ou descuido» ³⁰ que pudesse ocorrer, uma vez que no piso térreo se situavam os armazéns dos mantimentos, as oficinas e outros depósitos, nomeadamente o da pólvora.

Perante a escassez, a exiguidade e a pouca luminosidade dos quartos que «mais parecião przoens do que cazas de habitação», e diante do receio genuíno de que um incêndio com origem na casa governamental pudesse causar danos em toda a fortaleza, o governador Mello e Castro não teve outra solução senão dar início às necessárias obras de reconstrução. Decidiu reparar e ampliar todos os quartos da referida casa, tornando-os mais seguros através da construção de coberturas de argamassa, mandou construir mais alguns quartos para alojar a sua família e, ainda, acrescentou uma cozinha, e outras oficinas interiores ³¹.

O esforço de edificação e restauro dos aposentos dos governadores revelou-se, no entanto, inútil. Na verdade, certamente devido ao excessivo envelhecimento do imóvel ou a qualquer defeito de construção, «huma das vigas, ou lunhas, que suspendião hum dos terrados de três salas que as ditas cazas tem» quebrar-se-ia, no início de 1759 ³². O governador Pedro de

²⁹ AHU, Moç., «Carta do capitão-general de Moçambique, Francisco de Mello e Castro, para o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, onde dá conta da necessidade de gente para socorrer a praça de Moçambique», 19.8.1751, cx. 6, doc. 35.

³⁰ AHU, Cod. 1313, «Carta do capitão-general de Moçambique, Francisco de Mello e Castro, para o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, sobre o estado das casas do Governador», 13.8.1757, fl. 43.

³¹ Idem, *ibidem*. Todas as informações sobre as novas construções e sobre as obras de restauro efectuadas na residência dos Governadores durante o consulado de Mello e Castro foram corroboradas por Pedro de Saldanha e Albuquerque que, ainda, esclareceu: «Fez terrado as cazas que chamão ás do Governador; que dantes erão cobertas de palha, e fez quasi de novo as paredes dellas. Fez humas escadas novas, que servem, para as mesmas Cazas, e para as mesmas Cazas, e para a quartinas do Baluarte de S. Gabriel; porque de antes era aquele lugar hum despenhadeyro». Cf. AHU, Cod. 1313, 13.8.1757, fl. 92.

³² AHU, Moç., «Carta do capitão-general de Moçambique, Pedro de Saldanha de Albuquerque, para o Secretário de Estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre obras feitas na casa do Governador», 4.8.1759, cx. 16, doc. 33.

Saldanha de Albuquerque (1759-1763) ainda chegou a substituir o vigamento destruído e a construir nova cobertura, mas o edifício dificilmente poderia continuar a ser utilizado como residência do governador, porque, além de os quartos continuarem a ser acanhados e em número insuficiente, encontravam-se num estado de degradação tão avançado que qualquer reparação não passaria de mais um remendo.

A falta de residência oficial com o mínimo de dignidade e conforto obrigou Baltazar Pereira do Lago a hospedar-se durante os dois primeiros anos de governo numa casa alugada a um morador da ilha de Moçambique. Supomos inclusivamente que tanto Saldanha de Albuquerque como João Pereira da Silva Barba (1763-1765), governadores que antecederam Pereira do Lago na chefia de Moçambique, tenham sido igualmente forçados a procurar habitação fora da fortaleza.

Na realidade, a falta de uma residência condigna para o mais alto dignitário da Coroa em Moçambique parece ter sido um problema comum à sociedade colonial no Antigo Regime. Quando D. João VI se mudou com a sua comitiva para o Brasil «descobriu que morar no Paço tinha mais desvantagens do que parecia à primeira vista»: o local era apropriado para sede do governo mas como «moradia deixava muito a desejar». Por essa razão, aceitou a oferta que lhe foi feita pelo comerciante carioca Elias António Lopes, para morar na sua quinta, a «chácara do Elias», situada na Boa Vista ³³.

Para Pereira do Lago, o problema da falta de habitação para os governadores – a par da reforma do hospital da Misericórdia, da melhoria de condições do hospital militar e da conclusão do arsenal de marinha ³⁴ –, tornou-se uma das matérias em cuja resolução mais se empenhou, durante a sua primeira fase de governação. Em primeiro lugar, devido à «extrema indecência porque paixão todos os Governadores» que se sentiam muito dependentes da boa vontade dos moradores que lhes dispensavam casa e «todo o necessario movel para seu uzo». Em segundo lugar, porque as casas não eram compatíveis com o estatuto e a reputação atribuída ao mais alto cargo da colónia, nem possuíam o mínimo de dignidade para receber visitas privadas ou oficiais, nomeadamente para hospedar os Vice-Reis que seguissem para Goa. Finalmente, devido ao facto de os moradores se sentirem de certa forma compelidos a alugar e a «dezampararem as suas próprias cazas, expondo o seu móvel ao mau trato e desprezo da família dos ditos Governadores» ³⁵.

³³ Théo Lobarinhas Piñeiro, «A construção da autonomia: o corpo de commercio do Rio de Janeiro», in *Anais Electrónicos do V Congresso Brasileiro de História Económica e 6.ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu, 2003.

(disponível em www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_94.pdf)

³⁴ Eduardo de Noronha, *Baltazar Pereira do Lago. O Marquez de Pombal de Moçambique*, Lisboa, Editorial Cosmos, 1939, p. 29.

³⁵ AHU, Moç., «Carta de Baltazar Pereira do Lago, governador e capitão-general de Moçambique, para o Secretário de Estado, sobre assuntos relacionados com a residência dos governadores da colónia», 20.8.1766, cx. 27, doc. 85.

O destino do colégio dos jesuítas após a sua expulsão de Moçambique foi um assunto relativamente controverso. O governador João Pereira da Silva Barba (1763-1765), na fase final do seu mandato, chegou mesmo a colocar à venda o edifício e a igreja dos jesuítas. O negócio não se concretizou, apenas por desacordo de verbas com os moradores interessados ³⁶. Em 1766, já com Baltazar Pereira do Lago no poder, optou-se definitivamente por uma espécie de «estatização» do colégio, transferindo-o para propriedade da Coroa. A previsão de preços muito baixos, caso se optasse pela venda do imóvel, e as avultadas rendas que a Fazenda Real pagava pelo aluguer de casas para acomodar os governadores, foram alguns dos principais argumentos económicos utilizados por Pereira do Lago para ocupar o colégio jesuíta e transformá-lo em residência e sede de governo.

Sabemos que Pereira do Lago mandou construir quatro casas de raiz junto ao convento, sem que para isso tivesse necessidade de causar qualquer alteração ou dano na sua antiga estrutura ³⁷. Procedeu, também, à remodelação de muitas outras divisões do imóvel para poder acomodar-se e para proceder à instalação das casas da Secretaria e do Tesouro, onde se guardam os cofres da alfândega e da administração do fisco e, ainda, à da Provedoria com todas as suas dependências ³⁸. A ampliação do colégio, praticamente, duplicou a sua fachada e foi feita à custa da demolição de casas situadas entre o Colégio e a Hospedaria dos Jesuítas que também pertenciam à mesma ordem ³⁹. As obras custaram 6.500 cruzados, uma quantia que Pereira do Lago afirmava não ir sobrecarregar o erário régio pelo facto de ser apenas uma pequena parcela proveniente da valorização das patacas que pertenciam à Fazenda Real. Tudo o mais foi construído com a ajuda de moradores de Moçambique que colocaram à sua disposição o serviço dos seus escravos e mestres de ofício, e, ainda, pagaram as despesas com o transporte das madeiras ⁴⁰.

³⁶ Idem, *ibidem*.

³⁷ AHU, Moç., «Carta de Baltazar Pereira do Lago, governador e capitão-general de Moçambique, para o rei D. José I, sobre o envio de mapas de Moçambique e o inventário do mobiliário pertencente ao colégio de S. Francisco Xavier», 19.8.1767, cx. 27, doc. 85; AHU, Cod. 1325, «Instrução dada por Baltazar Pereira do Lago, governador e capitão-general de Moçambique, a quem lhe sucedesse no governo da colónia», 20.8.1768, f. 185v.

³⁸ AHU, Moç., «Carta de Baltazar Pereira do Lago, governador e capitão-general de Moçambique, para o rei D. José I, sobre o envio de mapas de Moçambique ...», 19.8.1767, cx. 27, doc. 85.

³⁹ Alexandre Lobato, *Ilha de Moçambique. Panorama Histórico*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, p.

⁴⁰ AHU, Moç., «Carta de Baltazar Pereira do Lago, governador e capitão-general de Moçambique, para o rei D. José I, sobre o envio de mapas de Moçambique ...», 19.8.1767, cx. 27, doc. 85.

Palácio dos Governadores de S. Paulo, Ilha de Moçambique
(fotografia da Doutora Ana Morgado)

Infelizmente, não dispomos das plantas do antigo convento jesuíta de modo a podermos ver as obras entretanto realizadas e a nova disposição dos quartos e outros compartimentos. Valemo-nos, por isso, das indicações fornecidas pelo governador Baltazar Pereira do Lago sobre a remodelação efectuada no edifício e dos desenhos realizados pelo explorador inglês Henry Salt, pelo capitão-general de Moçambique Xavier Botelho, pelo dr. Manuel Ferreira Ribeiro e pelo padre Courtois, em 1809, 1829, 1875 e 1888, respectivamente. Ainda lançámos mão de duas plantas de colégios jesuítas, uma de Luanda, outra provavelmente de Goa, as quais, por obedecerem a um padrão perfilhado por aquela ordem religiosa

Igreja de S. Paulo do Palácio dos Governadores
(fotografia da Doutora Ana Morgado)

nos territórios ultramarinos, podem ser utilizadas para estabelecer analogias e ajudar a visualizar o alcance dos acrescentos e das alterações realizadas no imóvel moçambicano.

O edifício de dois pisos, construído em quatro panos unidos pelas extremidades que formavam um quadrado, tinha no seu interior um pátio ajardinado, utilizado nos momentos de lazer dos padres. O acesso à ala nordeste, fazia-se por uma escadaria de dois lanços que ia dar a um amplo patamar sob o qual está uma pequena gruta artificial. Contíguo, no lado sudoeste, fica a igreja de S. Paulo que conferiu o nome ao edifício. Do lado de nordeste, separada por um quintal, existia uma Hospedaria que anteriormente servia de albergue para peregrinos ⁴¹.

Do ponto de vista arquitectónico, o convento e o colégio jesuíta ocuparam um lugar de destaque no panorama urbano setecentista da ilha de Moçambique. O papel de Pereira do Lago na remodelação arquitectónica e na decoração interior do edifício jesuíta do século XVII, cujo modelo espacial se mantinha substancialmente europeu e português, revela que queria que o edifício continuasse a garantir o respeito do poder simbólico, sagrado, e passasse também a ser a imagem do respeito devido ao poder político, e o reflexo de funcionalidade e comodidade reclamadas pelos Governadores. Os acrescentos e as alterações realizadas no interior do primitivo colégio conservaram as formas geométricas simples e as linhas sóbrias da fachada, em conformidade com um certo espírito de austeridade e humildade monástica, mas, paradoxalmente, também tornaram o edifício mais aparatoso e imponente, como se procurasse ganhar a dignidade e a distinção inerentes à residência daquele que era a autoridade máxima em Moçambique.

⁴¹ Santana Sebastião da Cunha, *Antiguidades Históricas da Ilha de Moçambique e do Litoral Fronteiro, desde os tempos da Ocupação*, LISBOA, 1939, PP. 107-108.